

SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O PENSAMENTO DE RUY MAURO MARINI

Carlos Eduardo Martins*

Resumo: O conceito de superexploração do trabalho foi estabelecido por Ruy Mauro Marini no final da década de 60 e na década de 70. Neste texto, sintetizar os principais resultados teóricos alcançados por Ruy Mauro Marini na elaboração do conceito de superexploração, enfatizando sua relação com a gênese da acumulação capitalista. Pretendemos ainda contribuir para o desenvolvimento deste conceito, mediante a nossa tentativa de avançar em sua formalização matemática e quantitativa.

Introdução

O conceito de superexploração do trabalho foi estabelecido por Ruy Mauro Marini no final da década de 60 e na década de 70, em um conjunto de trabalhos, dentre os quais *Dialética da dependência* (1973) é a expressão clássica e concentrada¹. Tal conceito constitui um dos principais pilares da teoria marxista da dependência. Todavia, o caráter paradigmático do aporte de Marini e a relativa dispersão de suas contribuições em livros, artigos ou trabalhos de circulação restrita tornam necessário um aprofundamento da teoria da superexploração, uma vez que como afirmava Marini, *Dialética da dependência* (1973) não pretendia ser mais do que uma introdução ao tema, ainda que lançasse suas bases de forma definitiva.

Desta forma, pretendemos, neste texto, sintetizar os principais resultados teóricos alcançados por Ruy Mauro Marini na elaboração do conceito de superexploração, enfatizando sua relação com a gênese da acumulação capitalista. Pretendemos ainda

* Pesquisador do Gremint (Grupo de Estudos sobre Economia Mundial Integração Regional e Mercado de Trabalho) Universidade Federal Fluminense, Doutorando em sociologia/USP, mestre em Administração Pública EBAP/FGV.

¹ Este conceito começa a se esboçar em *Subdesarrollo y revolución* (1968), adquire uma forma mais sistemática em *Dialética da dependência* (1973) e continua a se desenvolver em “*Plúsvalia extraordinária y acumulación de capital*” (1979), “*Las razones del neodesarrollismo*” (1978), y “*El ciclo del capital en la economía dependiente*” (1979).

contribuir para o desenvolvimento deste conceito, mediante a nossa tentativa de avançar em sua formalização matemática e quantitativa².

Dividiremos nosso trabalho em quatro partes. Na segunda e terceira tentaremos estabelecer as bases teórico-metodológicas do conceito formulado por Marini, para então, na quarta parte, buscarmos a sua formalização.

2- Superexploração e acumulação capitalista

Ruy Mauro Marini afirma em *Dialética da dependência* (1973) que o regime capitalista de produção desenvolve duas grandes formas de exploração que seriam o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador. O aumento da força produtiva do trabalho se caracterizaria pela produção de mais quantidade no mesmo tempo com o mesmo gasto de força de trabalho; e a maior exploração do trabalhador se caracterizaria por três processos, que poderiam atuar conjugadamente ou de forma isolada, representados pelo aumento da jornada de trabalho, pela maior intensidade de trabalho sem a elevação do equivalente em salário e pela redução do fundo de consumo do trabalhador (Marini, 1973: 95-96)³.

A maior exploração do trabalho embora caracterizasse as formas da acumulação em situações de baixo desenvolvimento tecnológico, não se resumiria a este cenário, desenvolvendo-se durante a evolução tecnológica do modo de produção capitalista. Segundo Marini, estas duas grandes formas de exploração tenderiam a se combinar durante o desenvolvimento capitalista, produzindo economias nacionais com a maior incidência de uma ou outra, correspondendo ao predomínio da Segunda, a superexploração do trabalho⁴.

² Buscamos aqui avançar em Cristobal Kay (1989) considera a formalização do conceito de superexploração um complemento necessário à obra de Marini.

³ A maior exploração do trabalho mediante os três processos assinalados significaria um maior desgaste da força de trabalho, que se reproduziria apenas parcialmente, esgotando prematuramente a sua capacidade produtiva ou impedindo a sua conservação em estado normal:

"En los tres mecanismos considerados, la característica esencial está dada por el hecho que niega al trabajador las condiciones necesarias para reponer el desgaste de su fuerza de trabajo: en los dos primeros casos, porque se le obliga a un dispendio de fuerza de trabajo superior al que debería proporcionar normalmente, provocando así su agotamiento prematuro; en el último, porque se le retira incluso la posibilidad de consumir lo estrictamente indispensable para conservar su fuerza de trabajo en estado normal. " (Marini 1973: 41-42)

⁴ "La superexplotación no corresponde a una supervivencia de modos primitivos de acumulación de capital, sino que es inherente a ésta y crece correlativamente al desarrollo de la fuerza de trabajo" (Marini, 1973: 98).

As razões para que estas formas de exploração se combinem no regime capitalista de produção são desenvolvidas no conjunto da obra de Marini e encontram seu mais rico desenvolvimento em seu artigo "*Mais-valia extraordinária e acumulação de capital*" (1979), considerado pelo autor um complemento indispensável à *Dialética da dependência* (Marini 1990: 43). Como fundamentos desta tendência à interpenetração podemos mencionar:

i) O fato de que o aumento da produtividade do trabalho, ao reduzir o tempo total de trabalho do operário para produzir uma certa massa de mercadorias, permite ao capital exigir uma expansão do trabalho excedente do operário, combinando a maior produtividade com a maior exploração do trabalho. Marini assinala ainda que a elevação da produtividade do trabalho impulsiona o aumento da intensidade de trabalho e conduz à maior exploração do trabalho e desgaste da força de trabalho, caso não seja reduzida a extensão da jornada. A rigidez que jornada apresenta desde os anos 30, nos países centrais, vis-à-vis a elevação da produtividade, indica que esta tem sido introduzida nestes países com alta correlação à maior exploração do trabalho (Marini, 1973: 96-97).

ii) A distinção que realiza entre produtividade e mais-valia relativa, onde afirma que o aumento da produtividade cria apenas mais produtos ao mesmo tempo, e não mais valor. Desta forma, o aumento da produtividade traduziria-se para o capitalista individual em uma mais-valia extraordinária ao permiti-lo reduzir o valor individual das mercadorias e manter o seu valor social, o que resultaria na apropriação por este capitalista de uma maior massa mais-valia, mantendo-se constante a massa de mais-valia no ramo; isto é, a sua maior apropriação de mais-valia traduziria-se na queda da taxa de mais-valia e da taxa de lucro dos outros capitalistas individuais. A generalização do aumento de produtividade no ramo tenderia a produzir um excesso de mercadorias, acarretando o abarrotamento dos mercados e a queda generalizada dos preços abaixo do valor individual das mercadorias, significando uma queda das taxas de mais-valia e das taxas de lucro para o conjunto do ramo. Já a mais-valia relativa, diferentemente, ocorreria quando a elevação de produtividade atingisse o setor que produz bens-salário, implicando em uma desvalorização da força de trabalho e no aumento do tempo de trabalho excedente.

iii) Em "*Mais-valia extraordinária e acumulação de capital*" (1979), Marini desenvolve os argumentos anteriores apresentados em *Dialética da dependência*. Neste artigo, ele assinala que o progresso técnico somente é introduzido pelo capital individual e que a sua liderança setorial cabe ao setor produtor de bens de consumo suntuário e aos

segmentos do setor I que produzem para este. Essa análise é desenvolvida a partir de uma profunda releitura dos esquemas de reprodução capitalista estabelecidos por Marx, para introduzir o progresso técnico no funcionamento deles. Assim, o sub-setor IIa, que produz bens-salário, e o setor I que produz insumos para esse, não são capazes de sustentar a generalização do progresso técnico no ramo, uma vez que a conservação da massa de valor que representa o capital variável entra em contradição com a introdução do progresso técnico e/ou com a elevação da intensidade de trabalho necessários para a obtenção de mais-valia extraordinária no ramo. As mercadorias que representam bens-salário, ao manterem o seu valor social apesar da redução do valor individual, não encontram demanda para a realização ao se expressarem em uma maior massa física de produtos. Entretanto, o setor IIb e os segmentos do setor I que produzem diretamente ou indiretamente bens suntuários podem sustentar, até certo ponto, a generalização do progresso técnico e da intensidade do trabalho para a busca de mais-valia extraordinária, uma vez que a maior oferta de produtos suntuários encontraria respaldo na demanda mediante a perda da dimensão relativa do capital variável na estrutura produtiva que a própria elevação da produtividade ou da intensidade do trabalho geraria.

iv) O nivelamento das taxas de lucro entre os ramos produtivos⁵. Este nivelamento tenderia a ocorrer quando a expansão da acumulação em IIb e o segmento de I correlato, atingisse uma tal intensidade, que a oferta de mercadorias do setor IIa e I produtor de capital circulante⁶ não conseguisse manter-se à altura da procura em IIb e I. Isto, porque a concentração da produtividade em IIb e I criaria uma situação, onde, de um lado, o aumento da composição orgânica do capital nestes sub-setores exigiria escalas de produção crescentes que se manifestariam no aumento mais que proporcional de seu consumo de matérias-primas, na crescente intercambiabilidade tecnológica, mas também no seu aumento de consumo de força de trabalho⁷. De outro lado, a capacidade do segmento IIa e I produtor de capital circulante proporcionar os insumos materiais para IIb e I produtor de capital fixo é limitada pelos crescentes diferenciais de produtividade que vão se

⁵ Em *Dialética da dependência* (1973), o nivelamento das taxas de lucro é o principal fundamento para a combinação da maior exploração do trabalho com a maior produtividade do trabalho. Tal temática é desenvolvida e ampliada em "*Mais-valia extraordinária e acumulação de capital*" (1979) e em "O ciclo do capital na economia dependente" (1979).

⁶ O sub-setor I produtor de capital circulante tenderia a se situar como um segmento não vinculado à mais-valia extraordinária produzida nos sub-setores IIb e I produtor de capital fixo para esse, pois o segmento produtor de capital circulante gera os insumos energéticos, de ampla aplicação, e os insumos materiais passíveis das mais vastas transformações produtivas, produzindo bens que indiretamente entram no consumo da força de trabalho. Entretanto, a aplicação da revolução científico-técnica à natureza, permite um crescente nível de diferenciação e agregação das matérias-primas, impulsionando sua especificação setorial e suntuária.

⁷ Aumento esse necessário para dominar os elementos materiais de um processo de trabalho que aprofunda cada vez mais a sua composição técnica.

desenvolvendo entre estes sub-setores, esgotando-se a médio e longo prazo a margem fornecida pela ampliação do espaço de circulação de mercadorias mediante a extensão da divisão nacional e internacional do trabalho, que permite aumentar a massa física de produtos destinadas ao sub-setor IIb e à produção de capital fixo sem reduzir-se o diferencial de produtividade frente a eles. Desta forma, o nivelamento das taxas de lucro e a transferência tecnológica correlata de IIb e I produtor de capital fixo para IIa e I produtor de capital circulante permitem romper com a queda das taxas de mais-valia e de lucro nos primeiros sub-setores, ao desvalorizarem e depreciarem os insumos fornecidos por IIa e I correlato, elevando as taxas globais de mais-valia e de lucro do capital em geral, mas nesta medida, realizam também uma significativa transferência da massa de mais-valia para os segmentos IIb e I produtor de capital fixo, que tenderia a eliminar cada vez mais a autonomia de um segmento produtor de capital fixo exclusivo ao sub-setor IIa.

Desta forma, enumerados estes quatro fundamentos desenvolvidos por Marini, importa aqui reter o seguinte para compreender-se a correlação entre o recurso à produtividade do trabalho e à maior exploração do trabalho. O fato da produtividade ser introduzida pelo capitalista individual, ter seu dinamismo vinculado aos ramos produtivos associados diretamente ou indiretamente ao consumo suntuário e ser difundida aos ramos vinculados aos bens-salário através dos preços de produção, torna simultaneamente, o movimento de produção de mais-valia um movimento de apropriação de mais-valia.

Assim, se a mais-valia extraordinária permite ao capitalista individual de maior composição técnica e orgânica do capital e aos ramos ligados ao consumo suntuário desvalorizarem individualmente as suas mercadorias em ritmo superior ao crescimento da massa de seu capital, viabilizando, então, quando do nivelamento das taxas de lucro, um recurso superior à produtividade do trabalho que à exploração do trabalho; os efeitos desta desvalorização de mercadorias, através da concorrência, sobre os capitalistas individuais e ramos com menor composição orgânica do capital ou intensidade tecnológica serão os de uma perda da massa de mais-valia gerada – mediante a fixação dos preços de produção abaixo do valor de suas mercadorias -, que para ser compensada deve resultar também numa redução dos preços da força de trabalho para abaixo de seu valor⁸.

⁸ Os efeitos positivos sobre a produtividade do trabalho que o crescimento mais que proporcional da composição técnica do capital em relação ao estoque de capital produziria na firma ou no ramo, ao aumentar a massa de mais-valia mais que proporcionalmente em relação à massa do capital e permitir que com mesmo salário a massa de mais-valia cresça mais que a massa do capital valorizado, seriam compensados, através da concorrência, por uma redução de mesmo montante do preço em relação ao valor das mercadorias nas outras empresas ou ramos da economia, que diminuiria a massa de mais-valia em relação ao estoque de capital, exigindo o recurso à maior exploração do trabalho.

As tendências enunciadas por Marini no plano da concorrência (itens ii, iii e iv) podem ser lidas de três maneiras: como tendências absolutas, como tendências hegemônicas e como tendências dinâmicas. Como tendências absolutas remeteriam à existência de uma economia capitalista pura, que realizasse as suas tendências mais agudas de desenvolvimento, pois implicaria na plena liderança na introdução do progresso técnico pelos segmentos IIb e I correspondente e na completa dependência tecnológica dos sub-setores IIa e I correlato a este. Como tendências hegemônicas, se manifestam no fato de explicarem a maior parte do crescimento econômico; e como tendências dinâmicas, no fato de representarem uma parte menor, porém crescente do desenvolvimento econômico.

Desta forma, a superexploração do trabalho corresponderia à afirmação hegemônica no plano da concorrência das tendências indicadas.

A superexploração se estabeleceria a partir do desenvolvimento da produtividade do trabalho, naquelas empresas, ramos, ou regiões capitalistas que sofressem uma depreciação de suas mercadorias e capitais advindas da introdução de progresso técnico por outras empresas, ramos ou regiões que concorressem no mesmo espaço de circulação de mercadorias das primeiras. Isto ocorreria quando a maior parte do crescimento da produtividade nesse espaço de circulação se originasse de inovações tecnológicas produzidas em outras empresas, setores ou regiões, não podendo as primeiras, compensarem o movimento de apropriação de mais-valia que sofrem, com a geração endógena de progresso técnico⁹.

Isto porque estas inovações atuariam sobre a massa de trabalho aplicada nas condições da capacidade instalada, depreciando a massa de valor e de mais-valia produzida nestes segmentos, e exigiriam ali a depreciação da força de trabalho como mecanismo de compensação para reequilibrar a taxa de lucro. Se estabelece, então, uma separação entre a expansão da circulação da massa de mercadorias ligadas às inovações tecnológicas e a circulação de mercadorias ligadas à reprodução da força de trabalho, que tende a se restringir. Assim, as inovações passam a vincular-se à produção de mercadorias que não se destinam à reprodução da força de trabalho (consumo suntuário nos próprios países dependentes, ou consumo produtivo ou popular nos países centrais), ou apenas o fazem marginalmente¹⁰. Tal fato possui duas implicações:

⁹ Mais adiante e, principalmente, no apêndice a este artigo, procuramos delimitar as condições específicas da concorrência capitalista em que um capital não consegue compensar com o recurso à tecnologia a apropriação de mais-valia que sofre.

¹⁰ Parte da literatura crítica à obra de Marini tem buscado mensurar certas modificações no consumo popular vinculadas à industrialização e ao avanço tecnológico introduzido pelo capital estrangeiro, para invalidar suas postulações. Em "Las

i) As inovações tecnológicas nos segmentos dinâmicos, ao não desvalorizarem a força de trabalho, não ampliam a taxa global de mais-valia da formação social em questão, desenvolvendo a contradição entre o aumento da composição orgânica do capital e a manutenção da massa de mais-valia no conjunto da economia, o que exige a recorrência à superexploração para preservar a taxa de lucro global;

ii) A baixa competitividade que a regulação da acumulação pela superexploração do trabalho produz, permite às empresas estrangeiras, que se estabelecem em formações sociais onde este processo se estrutura, manter altas taxas de remessas de capitais para suas regiões de origem que através de distintos mecanismos (pagamentos de juros e serviços do financiamento externo, envio de remessas de lucros, pagamentos de royalties, patentes e assistência técnica, prática de sobrepreços nas relações intra-firmas e deterioração dos termos da troca) superam amplamente as entradas de capitais precedentes, realizando um significativo processo de expropriação de capitais e divisas, uma vez que sua liderança no processo local de acumulação é pouco ameaçada¹¹.

É justamente esta situação acima descrita, na qual os capitais de uma determinada região tem a maior parte do aumento de sua produtividade oriundo de inovações tecnológicas produzidas pela acumulação capitalista de outros centros; ou simplesmente sofrem a depreciação de suas mercadorias em função de inovações tecnológicas introduzidas em outros pólos de desenvolvimento, que fundamenta o desenvolvimento dependente de uma região¹².

3- Dependência e superexploração

Como assinala Theotônio dos Santos, a dependência representa uma situação na qual a estrutura sócio-econômica e o crescimento econômico de uma região são determinados em sua maior parte pela projeção sobre ela do desenvolvimento das relações comerciais, financeiras e tecnológicas de outras regiões. A dependência é gerada e reproduzida a partir da internacionalização capitalista e sua tendência a concentrar e

Razones del neodesarrollismo" (1978) Marini responde parte destas críticas. Todavia, é importante frisar que a esfera de realização da circulação é posterior a esfera da produção e não anula suas determinações. Assim, pouco importa que os trabalhadores passem a consumir novos produtos e realizem modificações em seus gastos, pois isto não elimina os seguintes fatos: que a grande massa de mercadorias introduzidas por inovações de processo e produto destinam-se ao consumo suntuário e não desvalorizam a força de trabalho; e que a circulação das mercadorias que compõem a reprodução da força de trabalho tende a se restringir, ainda que existam contra-tendências à sua concreção – como o são no âmbito estrito da superexploração o aumento da intensidade e da jornada de trabalho, ou de forma subordinada a esta, mas relativamente independente, a ampliação do mercado de força de trabalho e a elevação da qualificação da força de trabalho.

¹¹ O texto clássico para a mensuração das relações entre as remessas ao exterior e os fluxos de entrada do capital estrangeiro é *Dependencia y relaciones Internacionales* (1973), de Orlando Caputo e Roberto Pizarro.

centralizar os excedentes que resultam da acumulação mundial nos centros dinâmicos do sistema mundial.

Do século XVI até meados do século XIX, esta internacionalização esteve sob a hegemonia dos capitais comercial e usurário e, posteriormente, a partir de fins do século XIX, sob a hegemonia do capital produtivo. Desde então o desdobramento de D em D' encontra uma base própria de sustentação no capital produtivo¹³, e a reprodução ampliada da economia mundial adquire uma base sustentada e orgânica ao possuir um fundamento técnico (Dos Santos, 1978). A dependência ganha então caráter sistemático e passa se vincular às tendências econômicas do desenvolvimento capitalista, onde o componente tecnológico torna-se a base da apropriação de mais-valia das sociedades dependentes e do impulsionamento das formas usurárias e comerciais de apropriação do valor produzido nessas sociedades.

Os países centrais passam a concentrar em seu aparato produtivo os elementos tecnológicos que articulam o crescimento da composição técnica e orgânica do capital e que permitem o desdobramento internacional de D em D'. Os países dependentes são objeto desta articulação e oferecem os elementos materiais para esta especialização do centro através de sua integração em uma divisão internacional do trabalho coordenada por este, que redefine constantemente a sua inserção segundo as necessidades do crescimento mundial da composição técnica e orgânica do capital.

Diferentemente dos países centrais, onde a relativa homogeneização da base tecnológica permite aos segmentos vinculados ao sub-setor IIa responder tecnologicamente às inovações introduzidas pelos segmentos vinculados ao consumo suntuário, criando a base para um mercado de massas e para a indústria de bens de capital que alavancarão de forma orgânica a industrialização no centro¹⁴; os países dependentes, ao se integrarem ao mercado mundial a partir de grandes desníveis tecnológicos, não poderão responder da mesma forma, recorrendo à superexploração do trabalho¹⁵.

¹² Na última seção fazemos uma demonstração detalhada deste ponto.

¹³ Isto não quer dizer que após a fundamentação da acumulação capitalista sobre o capital produtivo, o capital usurário não possa vir a ter preponderância como forma de acumulação capitalista, particularmente, durante os períodos depressivos da economia mundial que impulsionam a centralização de capitais. Entretanto, esta preponderância gira em torno aos limites determinados pelo capital produtivo e por sua reestruturação; e pela medida em que a concentração da produção impulsiona a formação do capital financeiro e a apropriação de mais-valia.

¹⁴ Para os países centrais as tendências descritas por Marini se apresentam como dinâmicas até o final do boom do pós-guerra, quando o salto no processo de oligopolização destas economias parece vincular a maior parte das inovações ao consumo suntuário.

¹⁵ As diferenças entre a industrialização dos países centrais e dos países dependentes, têm levado os teóricos marxistas da dependência a designar o processo de industrialização dependente como submetido a uma acumulação externa de capitais, onde o setor I produtor de bens de capital é em grande parte externo às formações dependentes (Dos Santos, 1978 e Bambirra, 1978). Neste sentido, Marini assinala:

Portanto, como se observa, o enfoque de Marini articula os livros I, II e III de *O Capital* e reposiciona amplamente os enfoques usuais sobre a maturidade da acumulação capitalista, os quais, ao priorizarem o livro I de Marx – que abstrai a concorrência, esfera real onde se dá a acumulação capitalista –, consideram a mais-valia relativa e a produtividade do trabalho como as formas normais desta acumulação. Não se trata de uma visão estancacionista, como lhe atribuíram, entre outros, Cardoso e Serra (1978)¹⁶, fundada na incompreensão da capacidade do capitalismo industrial e "pós-industrial" gerar a mais-valia relativa, mas, sim de uma visão dialética, capaz de tomar em consideração os diversos níveis do processo de acumulação capitalista.

Na visão de Marini o capitalismo surge na sua globalidade; isto é, como um modo de produção, mas também como um modo de circulação de mercadorias. Ele vincula o dinamismo tecnológico capitalista à sua manifestação através da concorrência e distingue a produtividade do trabalho e a maior exploração do trabalho como pares indissociados que expressam a presença da produção e da apropriação de mais-valia na acumulação internacional capitalista, para então verificar em que medida a elevação da composição técnica e orgânica do capital pode traduzir-se para um capital particular em sua fundamentação na maior exploração do trabalho e superexploração, ou inversamente, no aumento da produtividade do trabalho. Na obra de Marini associam-se dois movimentos: um de elevação da composição técnica do capital e conseqüente desvalorização de mercadorias, capaz portanto de expandir a massa de mais-valia quando direcionado à produção de bens de consumo necessários; outro, concorrencial, em que os diferenciais de composição técnica fundamentam a apropriação da mais-valia de uma determinada estrutura capitalista por outra. Quando o segundo movimento predominasse sobre o primeiro, estariam estabelecidas as condições para a superexploração do trabalho.

4- Para uma formalização do conceito de superexploração do trabalho

"La adquisición de medios de producción en el mercado mundial no es, de por sí, una característica de la economía dependiente. Ningún país capitalista, ninguna economía en general, vive hoy aislado. Lo que caracteriza a la economía dependiente es la *forma aguda* que adquiere esta característica (...) En efecto, en los países capitalistas avanzados, la tendencia general del proceso de industrialización fue la de producir primero bienes de consumo para desarrollar después la producción de bienes de capital (...) Sin embargo, la expansión de la industria productora de bienes de consumo obliga a desarrollar la producción de bienes de capital para esa industria, dando lugar a una industrialización que podemos llamar *orgánica*" (Marini, 1979-A:45).

¹⁶ O artigo de Fernando Henrique Cardoso e José Serra (1978) teve, principalmente no Brasil, importância na formação de opinião sobre a obra de Marini. Isto deve-se não apenas à projeção desses autores no âmbito das ciências sociais brasileiras, mas ao fato da crítica à obra deste autor ter sido divulgada no Brasil, a partir do CEBRAP, sem a resposta de Marini, inversamente do que ocorreu no México na Revista Mexicana de Sociología.

Como vimos, parte das críticas feitas a Marini lhe imputam um vício circulacionista, ao afirmarem que ele dedica sua análise fundamentalmente à apropriação de mais-valia, esquecendo-se do livro I de O Capital, onde se afirma que no modo de produção especificamente capitalista o recurso à tecnologia permite expandir a massa de mais-valia a qualquer capital que dela se utilize, tornando a maior exploração do trabalho um componente secundário diante do aumento da força produtiva do trabalho.

Nesta seção, nos propomos demonstrar que a apropriação de mais-valia e a superexploração, como decorrência da intensidade que assume a primeira, são compatíveis com o modo de produção especificamente capitalista e com o recurso à maior intensidade tecnológica pelo capital expropriado. Isto acontece sempre que a apropriação de mais-valia de um capital por outro não pode ser compensada pela produção de mais-valia através da geração endógena de tecnologia pelo capital expropriado, estabelecendo de maneira irrevogável a necessidade da superexploração do trabalho.

A superexploração torna-se então a base de um regime de acumulação quando a expansão do diferencial de produtividade entre o capital A, que determina os valores médios das mercadorias em um espaço determinado da circulação, e o capital B – expropriado – for suficiente para neutralizar o movimento de expansão de mais-valia em B ou torná-lo inferior à elevação da composição orgânica necessária para gerá-la, derrubando-lhe a taxa de lucro.

Assim, tomando-se em consideração a dinâmica da acumulação capitalista; se a variável-chave da apropriação de mais-valia e da produção de mais-valia é a tecnologia¹⁷, expressa em uma determinada composição técnica do capital, o ponto de equilíbrio, para o capital B, entre a expansão de mais-valia e a apropriação de mais-valia que sofre, de modo que as duas se neutralizem, será aquele em que o diferencial inter-capitalista entre as produtividades tecnológicas for equivalente ao aumento da produtividade em B, supondo-se uma determinada expansão da composição técnica do capital no espaço da circulação em questão. Portanto, uma vez que há aumento na composição técnica média dos capitais, a elevação da composição técnica em B terá de ser equivalente a 50% do crescimento total da composição técnica média, pois, desta forma, o aumento da produtividade em B se iguala ao diferencial de expansão de produtividade entre A e B.

Assim, a superexploração ocorreria sistematicamente quando o crescimento da composição técnica em B não alcançasse a metade do aumento da composição técnica do

capital que determina as condições da concorrência, o que tornaria a massa de apropriação que ele sofre, maior que a expansão de mais-valia que gera com a geração endógena de produtividade; ou quando, mesmo alcançando a metade ou mais do aumento da composição técnica do capital que determina as condições da concorrência, não conseguisse gerar uma massa de mais-valia suficiente para compensar o aumento da própria composição orgânica do capital que a elevação de sua composição técnica propiciaria.

Se elevarmos o nosso nível de abstração do capital particular, para estruturas de produção capitalistas nacionais e regionais, podemos então concluir que a dependência é a condição de atraso inter-estatal e inter-regional que determina esta correlação entre a apropriação e a produção de mais-valia que fundamenta a superexploração. Isto porque a dependência descreve uma situação na qual uma região se insere num espaço de circulação de mercadorias em que a maior parte do crescimento da composição técnica do capital origina-se de inovações introduzidas ou geradas desde capitais estrangeiros.

Vejamos isto mais em detalhe¹⁸. Nas equações abaixo trabalhamos com as fórmulas de preço de produção de Marx e o supomos equivalente aos preços de mercado para fins de simplificação. A equação I, descreve o preço de produção de um capital que produz nas condições médias e que, portanto, não sofre perda de mais-valia para a concorrência; a equação II descreve uma situação na qual a perda da massa de mais-valia de um determinado capital será função da variação da composição técnica média, que fundamenta o valor na circulação, em relação a sua produtividade – aqui a variação da produtividade externa em relação à interna está representada por x e a perda de mais-valia por y ; a equação III indica como o aumento de produtividade gerado pelo capital que determina os valores médios, se traduz em uma elevação de sua massa de mais-valia – aqui a elevação da produtividade se expressa por z e a massa de mais-valia gerada por m' ; a equação IV indica a tentativa do capital expropriado reagir à perda de mais-valia que sofre, mas ao mesmo tempo assinala seu caráter parcial e limitado, uma vez que a elevação de produtividade representada por z é restringida ao representar no máximo 50% da elevação da produtividade externa.

$$I) c + v + m = p$$

¹⁷ No caso da produção de mais-valia há que se supor que a tecnologia dirige-se à produção de bens de consumo necessários

$$\text{II) } (c + v + m) - y = \frac{p}{x}$$

$$\text{Donde: se } p - y = \frac{p}{x} ; \quad y = p - \frac{p}{x} =$$

$$\frac{px - p}{x}$$

$$\text{III) } (c + v + m) z = p + m'$$

$$\text{Donde: se } pz = p + m'; \quad z = 1 + \frac{m'}{p} ; \quad m' =$$

$$pz - p$$

$$\text{IV) } (c + v + m) z - y = \frac{pz}{x'}$$

$$\text{Donde: } (c + v + m) z - y = \frac{p + m'}{x'}$$

Sabendo-se que:

$$x = l - w + 1$$

$$x' = l - z + 1$$

Considerando que:

c = capital constante

v = capital variável

m = mais valia criada por um determinado capital e que se reflete em sua estrutura de preços p.

y = depreciação que incide sobre determinado capital

p = massa de valor expressa sob a forma preço

u = produtividade externa inicial em um momento (t_1)

l = produtividade externa inicial (u) acrescentada de sua variação em determinado período de tempo (Δt).

w = produtividade interna inicial de determinado capital (=1) em um momento (t_1)

z = produtividade interna inicial (=1) somada a sua variação endógena – sem o recurso à queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor. Na equação IV, a variação endógena de z oscila entre 0% e 50% da variação da produtividade externa.

x = relação entre a produtividade externa acrescentada de sua variação (l) e a produtividade interna igual a 1 de determinado capital.

¹⁸ Buscamos aqui avançar em uma formalização do conceito de superexploração que Cristobal Kay (1989) considera um complemento necessário à obra de Marini.

x' = relação entre a produtividade externa acrescentada de sua variação (l) e a produtividade interna igual a 1 de determinado capital somada a sua variação endógena em determinado período de tempo (Δt)

pz = massa de valor, expressa sob a forma-preço, incrementada pela elevação da produtividade interna

m' = mais-valia criada com a variação da produtividade interna

Na equação II, que corresponde à dimensão mais geral das condições de progresso técnico que criam a superexploração, sua determinação é evidente e absoluta, como forma de compensação à perda de mais-valia sofrida. Aqui, a introdução de progresso técnico no espaço de circulação das mercadorias dos países dependentes, através do investimento direto, da importação de tecnologia ou da mera concorrência internacional, cria uma depreciação no valor da grande massa de trabalho desses países, alocada sob as condições tecnológicas vigentes¹⁹. Nesta equação, procura-se demonstrar como o diferencial de produtividade entre estruturas de produção capitalistas significa, para o capital desfavorecido, uma perda de mais-valia.

Na equação IV, pretendemos evidenciar a compatibilidade da teoria da superexploração com a geração endógena de progresso técnico pelas estruturas capitalistas desfavorecidas no processo de concorrência capitalista. Assim, verifica-se que apenas quando estes capitais, que sofrem a depreciação de suas mercadorias em relação ao valor, elevam sua composição técnica do capital em 50% do crescimento desenvolvido pelo capital concorrente, conseguem neutralizar a perda de mais-valia com a massa de mais-valia que geram internamente. A partir de qualquer exemplo numérico, verifica-se que m' e y se equívalem nesta equação, resultando numa anulação mútua da depreciação sofrida e da mais-valia gerada pelo capital em questão. Tal situação configuraria o limite

¹⁹ Ainda que grande parte da introdução do progresso técnico em uma região ocorra através da importação de tecnologia, a depreciação do valor ocorreria principalmente naqueles ramos – principalmente, da pequena e média burguesia – que concentram a grande massa de trabalho local, mas não são capazes de recorrer à importação de tecnologia ou o fazem com um dinamismo que não impede que a depreciação predomine sobre eles. A razão para o predomínio da depreciação nessas circunstâncias, está na descontinuidade em termos de massa de investimento que a tecnologia estrangeira representa para a região que depende dela para desenvolver a produtividade. Desta forma, esse trade-off entre a tecnologia local e a estrangeira exige uma concentração da poupança local que ao ser dirigida pela concorrência e acumulação capitalista – muitas vezes através do auxílio da intervenção do Estado, como nas políticas de substituição de importações –, restringe amplamente o acesso à tecnologia importada para setores majoritários da burguesia, conduzindo à transferências de mais-valia intra e inter-setoriais com as implicações assinaladas.

técnico a partir do qual atuaria a superexploração²⁰ e a *articulária organicamente com a situação de dependência*.

Entretanto, mesmo na equação IV, cabe assinalar que para efeitos de simplificação, estamos desprezando a elevação da composição orgânica do capital que o aumento da produtividade interna do capital tende a acarretar, e que ocorrendo, transforma parte de m' em capital constante e conduz à baixa da taxa de lucro, estendendo a superexploração do trabalho inclusive para além do limite técnico assinalado.

Façamos, todavia, um exercício numérico a título de exemplificação das equações II e IV:

Numa primeira situação, um capital A e um capital B partem das condições médias de produtividade, em um momento (t_1). Supõe-se que uma vez decorrido um período (Δt), o capital B não gere qualquer dinâmica tecnológica e apenas mantenha a sua produtividade anterior, e que o capital A aumente a sua produtividade em 100%, em exata equivalência com a variação das condições médias de produtividade que determinam o valor. Desta forma: $w = u = 1$. Sabendo-se que $c = 500$; $v = 200$; $m = 300$; $p = 1000$, teríamos ainda que: $l = 1 + 100\% = 2$; $x = 2$. Portanto, neste caso, utilizando-se a equação II, teríamos que $y = 500$, representa a perda líquida de mais valia para o capital B, já que não seria compensada por nenhuma geração interna de mais-valia (m') por este capital, pois a variação endógena em z equiivale a zero e torna $z = w$.

Numa segunda situação, um capital A e um capital B partem também das condições médias de produtividade, em um momento (t_1). Entretanto, supõe-se que uma vez decorrido um período (Δt), o capital B gere uma dinâmica tecnológica própria, equivalente a 50% do aumento da produtividade do capital A que, por sua vez, aumenta a sua

²⁰ É preciso considerar que o elemento técnico não é o único determinante da superexploração do trabalho. Diversos outros fatores atuam, como os elementos financeiros e a expatriação de capitais sob a forma de remessas de lucros, que se fundam na internacionalização dos centros de decisão da economia dependente. Todavia a situação técnica aludida é a que em última instância fundamenta a evolução dos diversos aspectos que atuarão no desenvolvimento da superexploração do trabalho.

Esta maneira de abordar a superexploração, situando inicialmente seus determinantes tecnológicos no âmbito da acumulação capitalista para depois identificar seus aspectos financeiros e sócio-econômicos, foi o caminho metodologicamente seguido por Marini, quando em *Dialética da dependência*, primeiro ensaio em que oferece um tratamento mais de conjunto do tema, se concentra sobretudo nos determinantes tecnológicos e na sua relação com a acumulação de capital:

" No examinaremos aquí los efectos propios a las distintas formas que reviste la absorción tecnológica, y que van desde la donación hasta la inversión directa del capita extranjero, ya que desde el punto de vista que orienta nuestro analisis, esto no tiene mayor importancia. Nos ocuparemos tan sólo del carácter de esa tecnología y de su impacto sobre la ampliación del mercado" (Marini, 1973: 70)

A importância do componente tecnológico, na apropriação do valor produzido nas sociedades dependentes e no impulsionamento das formas comerciais e usurárias vinculadas ao capital financeiro, será tão maior, quanto maior for a presença da inovação tecnológica na geração do crescimento econômico dessas formações sociais e da economia mundial.

produtividade em 100%, em exata equivalência à variação das condições médias de produtividade que determinam o valor. Tomando-se os mesmos valores para c , v , m , p , teríamos que: $x = 2$; $l = 2$; $z = 1 + 50\% = 1,5$; $x' = 1,5$. Assim, o capital B geraria internamente um acréscimo em mais-valia (m') com a elevação de sua produtividade, de tal forma que $m' = 500$ – aceitando-se a suposição de que não haveria alteração do valor em c . Todavia, ao situar-se abaixo das condições médias de produção do valor, o capital B sofreria uma perda de mais-valia (y), calculada na equação IV, onde $y = 500 = m'$, neutralizando a geração do acréscimo de mais-valia.

Se nesta segunda situação, admitirmos que ocorre um aumento da composição orgânica do capital em B, para produzir-se m' , expresso em uma elevação do valor de c , parte de m' deveria converter-se em c , tornando $y > m'$. Tal resultado, como mencionamos acima, ativaria as condições de atuação da superexploração do trabalho.

Entretanto, quanto mais se afirmarem as tendências absolutas do desenvolvimento dependente, em que os capitais de uma determinada região tendem a total subordinação às estruturas monopólicas do capitalismo internacional, mais a geração endógena de progresso técnico pelos capitais dependentes tenderá a se aproximar de 0% do crescimento da produtividade introduzido pelos capitais que determinam os valores médios das mercadorias – ainda que nunca se atinja este limite –, aproximando a equação IV da equação II. Este ponto foi o mais acentuado por Marini, por representar as tendências de longo prazo da geração de progresso técnico nos países dependentes²¹.

²¹ Marini, no pós-scriptum que faz ao seu artigo *Dialética da Dependência: La economía exportadora* (1972), que integra à *Dialética da Dependência* (1973), alerta o leitor para o fato de que, dado o nível de abstração do seu ensaio, direcionado ao desenho das leis do capitalismo dependente, algumas tendências foram traçadas a grossas pinceladas, sem que se permitisse o exame de situações particulares que introduzissem no estudo um certo grau de relativização:

" Aprovecharé, pues, este post-scriptum para aclarar algunas cuestiones y deshacer ciertos equívocos que el texto ha suscitado. En efecto, pese al cuidado de matizar las afirmaciones más tajantes, su extensión limitada llevó a que las tendencias analizadas se pintaran a brochazos, lo que les confirió a veces un perfil muy acusado. Por otra parte, el nivel mismo de abstracción del ensayo no propiciaba el examen de situaciones particulares, que permitieran introducir en el estudio un cierto grado de relativización. Sin pretender justificarme con esto, los inconvenientes mencionados son los mismos a que alude Marx, cuando advierte:

... teóricamente, se parte del supuesto de que las leyes de de producción capitalista se desarrollan en estado de pureza. En la realidad, las cosas ocurren siempre aproximadamente; pero la aproximación es tan mayor cuanto más desarrollada se halla la producción capitalista ... (Marini, 1973: 82)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

Bambirra, Vânia (1974) El Capitalismo Dependiente Latinoamericano. México D.F., Siglo veintiuno

Bresser, Luiz Carlos (1997) "Interpretações sobre o Brasil" in Loureiro, Maria Rita (org.) 50 Anos de Ciência Econômica no Brasil: Pensamento, Instituições, Depoimentos. Petrópolis, Editora Vozes/Fipe.

Cardoso, Fernando Henrique (1993) As Idéias e seu Lugar. Petrópolis, Vozes, 2ª Edição.

Cardoso, Fernando Henrique e Falleto, Enzo (1984) Dependência e Integração na América Latina. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 7ª Edição

Cardoso, Fernando Henrique e Serra, José (1978) "Las Desventuras de la Dialéctica de la Dependencia" in Revista Mexicana de Sociología n. Especial. México, UNAM.

Caputo O. e Pizarro R. (1973) Dependencia y Relaciones Internacionales, Costa Rica, Educa.

Dos Santos, Theotônio (1978) Imperialismo y Dependencia. México D.F, Ediciones Era.

(1991) Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente. Petrópolis, Vozes.

(1998) "A Teoria da Dependência: Um Balanço Histórico e Teórico" P.p. 93-151 in Los Retos de La Globalización – Ensayos en Homenaje a Theotonio dos Santos, Tomo I, editado por Francisco López Segrera. Caracas, UNESCO.

Feijóo, J. Valenzuela (1997) "Superexplotación y Dependencia", Investigación Económica. 221 (3): 105-127.

Kay, Cristobal (1989) Latin American Theories of Development and Underdevelopment. Londres e Nova York, Routledge.

Mantega, Guido (1984) A Economia Política Brasileira Petrópolis, Editora Vozes.

(1997) "O Pensamento Econômico Brasileiro de 60 a 80: Os Anos Rebeldes" in Loureiro, Maria Rita (org.) 50 anos de ciência econômica no Brasil: Pensamento, Instituições, Depoimentos. Petrópolis, Editora Vozes/Fipe.

Marini, Ruy Mauro (1973) Dialéctica da Dependência. México D.F., Era.

(1976) El Reformismo y la Contrarevolución: Estudios sobre el Chile. México D.F., Série Popular Era.

(1977-A) "Estado y Crisis en Brasil" in Cuadernos Políticos n. 13.

(1977-B) "La Acumulación Capitalista Mundial y el Subimperialismo" in Cuadernos Políticos n. 12.

(1978) "Las Razones del Neodesarrollismo. Respuesta à F.H. Cardoso y J. Serra" in Revista Mexicana de Sociologia (México), Número Especial.

(1979-A) "EL Ciclo del Capital en la Economía Dependiente" P.p. 37-55 in Mercado y Dependência, editado por Úrsula Oswald, Editorial Nueva Imagen

(1979-B) "Plúsvalía Extraordinaria y Acumulación de Capital" in Cuadernos Políticos n. 20.

(1982) "Sobre el Nuevo Patrón de Reproducción del Capital en Chile", Cuadernos de CIDAMO 7

(1985) Subdesarrollo y Revolución. México, Siglo veintiuno (12A Edição)

(1990) Memorial. mimeo

(1992) América Latina: Dependência e Integração. São Paulo, Brasil Urgente.

(1995) "Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista" in Marini, R. e Millán M. (Coord.) La Teoría Social Latinoamericana. Tomo 4. México, D.F. Ed. El Caballito.

Marini, R. e Millán M. (Coord.) (1994 e 1995-A.) La Teoría Social Latinoamericana. 4 Tomos. México, D.F. Ed. El Caballito.

Marini, R. e Millán M. (Coord.) (1994 e 1995-B.) La Teoría Social Latinoamericana: Textos Escogidos. 3 Tomos. México, D.F. Ed. El Caballito.

Martins, Carlos Eduardo (1996) Globalização e Capitalismo: Considerações Teórico-Metodológicas sobre os Novos Padrões da Acumulação de Capital e suas Implicações para as Políticas Científico-Tecnológicas. Tese de Mestrado apresentada à

Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP/FGV-RJ), Rio de Janeiro.

(1998) Theotônio dos Santos: Introdução à Vida e Obra de um Intelectual Planetário. P.p. 33-89 in Los Retos de La Globalización – Ensayos en Homenaje a Theotonio dos Santos, Tomo I, editado por Francisco López Segrera. Caracas, UNESCO.

Martins, Carlos Eduardo e Valencia, Adrián Sotelo (1998) "La Teoría de la Dependencia y el Pensamiento Económico Brasileño" in Aportes 7, P.p. 73-93.

Ouriques, Nildo (1996) La Teoría Marxista de La Dependencia: Una Historia Crítica. Tese de Doutorado apresentada à Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México. México D.F.

Segrera, Francisco López ed. (1998) Los Retos de La Globalización – Ensayos en Homenaje a Theotonio dos Santos, II Tomos, editado por. Caracas, UNESCO.